
Identidade, política e relações interétnicas entre indígenas Kokama e Ticuna na região do
Alto Solimões - AM

Elizângela Lopes¹

¹ Graduada em Licenciatura para professores indígenas, com ênfase em Filosofia, Antropologia e Sociologia pela Universidade do Estado do Amazonas (UEA). Especialista em Educação, Saúde e Saberes Tradicionais pela Universidade do Estado do Amazonas (UEA). Atualmente atua na Secretaria Municipal de Educação na Gerência indígena do Município de Benjamin Constant, Amazonas
E-mail: elizangelabckok@gmail.com

RESUMO:

Este trabalho tem por finalidade ressaltar a situação das relações interétnicas em que os Kokama estão vivenciando diante de sua Autoidentificação (CONVENÇÃO 169 DA OIT) com os Ticuna na região do Alto Solimões, Amazonas. Neste contexto, muitos que se autodeclararam como Kokama estão usando de má fé para o seu benefício próprio e não pela luta do seu povo. Sabe-se que os Kokama devido ter um passado marcado pelo processo cruel da colonização, foram obrigados a abandonarem suas culturas, repugnado pelas igrejas e também pela sociedade não indígena, processo conhecido como epistemicídio. Atualmente este povo passa pelo processo de revitalização de sua língua nativa e retomada da sua cultura, em consequência disso, muitos se aproveitam dessa situação para se auto declararem como indígenas Kokama para assim obterem melhores oportunidades oferecidas pelas instituições, órgãos, Universidades, Saúde e outros setores. A partir dessa situação muitos Ticuna que constroem laços matrimoniais com não indígena, utilizam a denominação Kokama a esses não indígenas, transformam essas pessoas em Kokama para serem aceitos e reconhecidos nos cadastros de saúde e demais políticas indígenas e indigenistas. Dessa forma, este estudo demonstra que essas relações de política e poder, reconfigurando todo um processo de revitalização da cultura Kokama, vem enfraquecendo as relações matrimônios e de parentesco desse povo.

Palavras-chave: Relações Interétnicas; Política; Identidade; Povo Kokama e Tikuna; Alto Solimões

1. INTRODUÇÃO

De acordo com o contexto e problemática que o povo indígena vem se deparando na fronteira Brasil e Peru, esta pesquisa visa refletir o povo Kokama habitante do Solimões-AM, diante de sua inserção na sociedade local, matrimonial, política e interétnica traçado com o povo Ticuna.

Objetivamos compreender nessa diversidade de Cultura, como estão os Kokama inseridos no meio dos Ticuna através de laços matrimoniais, perante a sua identificação e entender o porquê do nome Kokama está sendo usado como uma farsa pelos não indígenas, que se casam com os Ticuna. Os mesmos fatos têm ocorrido, também, em concursos e outros benefícios voltados ao indígena.

A perspectiva da farsa surge do não indígena casado com Ticuna, isso acontece para obter certos benefícios estendidos à população indígena, podemos mencionar, por exemplo, as concorrências de vagas empregatícias oferecidas aos indígenas, como nos processos seletivos, concursos públicos, bolsas de estudos, entrada em universidade entre outros, com o objetivo de obtenção de privilégios ao se identificarem como indígena. Nas comunidades Ticuna, atribuem esses não indígenas, como Kokama, por não falarem a língua do povo Ticuna, por outro lado, é prejudicial para a população Kokama, pois, dar-se a entender que qualquer um, não indígena, que mora na comunidade Ticuna, pode ser Kokama.

A metodologia usada neste trabalho está embasada na oralidade descritiva e qualitativa, como o campo de pesquisa, as experiências no trabalho e frente às lutas indígenas juntos com às lideranças, ainda nos focamos no estudo de caso em anonimato para que ninguém possa sair prejudicado, pois tratará em alguns casos de falsidades ideológicas comprovadas.

O povo Kokama se encontra em processo de revitalização Cultural devido ter vivenciado um passado opressor, preconceituoso, enfrentado a ditadura e as duras explorações dos padrões seringalistas, comerciantes e outros. Muito sangue derramado dos povos indígenas nesse período que manchou as águas dos nossos rios e as nossas terras do Alto Solimões na qual

habitava o povo Kokama até os dias atuais. Esse povo vem de linhagem Patrilinear, a sua linguagem de tronco Tupi, com povoados formados de parentescos, com laços fortes de saberes tradicionais e espirituais nos quais informam a este povo tudo que irá acontecer. A importância desta pesquisa se deu pelo fato de ser indígena Kokama, estar atrelado às lutas junto às lideranças desse povo, vivenciando de perto e enfrentando juntos, como indígena da mesma etnia, as situações tão absurdas que confronta esse povo, levando-nos a divulgar acontecimentos que muitas vezes passa por despercebido, ferindo a imagem do povo Kokama como se fossem inventados ou transformados sem nenhum respeito diante de sua existência. A verdade que também o Kokama faz parte dessa história como um dos primeiros povos habitantes do Brasil. De acordo com o artigo:

Art. 231- São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo a União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens. (MAGALHÃES, 2005, p.27)

Esse povo se encontra em revitalização cultural em suas terras originárias até os dias atuais, estão restituindo o que o passado lhes arrancou e atualmente a sociedade cobra como se a culpa fosse do Kokama. É inaceitável abrir espaço para farsa-e-denegrir a imagem desse povo. É preciso lembrar que os Kokama é um dos primeiros habitantes que confrontaram a dura colonização, conhecem as suas raízes de onde vieram e para onde estão caminhando.

Como indígena, delimita-se os grupos étnico por meio dos seguintes critérios; povo Ticuna falantes de sua língua própria, são definidos e identificados através de seus clãs onde facilmente se descobre que o clã de boi, assim atribuído por eles, são designados para os que não são pertencem a etnia Ticuna. Já o povo Kokama, que se encontra em revitalização cultural, identifica-se através de sua linhagem histórica, descendência.

Tudo está guardado em nossas memórias e são repassados oralmente para as gerações seguintes através dos nossos anciões os quais tiveram

contato com os nossos ancestrais muito antes da colonização destruí-los. De acordo com Lopes e Coelho Pinto (2019) em seu livro de Memórias Kokama de Bom Jardim II, que retrata os saberes dos anciões Kokama, guardados, portanto, há anos, conservados no baú de suas memórias.

Memórias essas que foram ocultadas devido ao preconceito discriminatório em que proibia suas falas em meio a sociedade envolvente. De acordo com Vieira:

A identidade kokama permaneceu durante muito tempo latente e oculta não só no senso comum regional, mas também para os órgãos indigenistas e também para muitos antropólogos que pesquisaram no alto Solimões/vale do Javari. (VIEIRA, J.M.T. 2016, p. 39)

2. RELAÇÕES MATRIMONIAIS ENTRE TIKUNA E KOKAMA

Diante da interculturalidade e da presença de vários povos indígenas é normal acontecer casamentos entre etnias diferentes e isso acontece com muita frequência e vários são os casos ocorridos. No entanto, o mais preocupante diante desses fatos é a perda da identidade Kokama, principalmente quando estes se casam com Ticuna, tornam-se “ticunizados¹”, palavra atribuída no local aos que passam a pertencer e identificar-se como Ticuna.

De acordo com as lideranças comunitárias e informações de servidores da FUNAI, no trabalho social indígena há mais homem kokama casado com mulher Ticuna, que levam o nome de nação de **boi** com grande crescimento entre a população Ticuna.

Sucessivamente a etnia Kokama vai se perdendo, enfraquecendo sua permanência, sua autonomia como um povo no meio dos Ticuna como se não existisse, assumindo outra identidade e esquecendo a sua, porém, seus traços fenotípicos continuam muito presentes na região: rostos arredondados, cheios, alguns de peles claras, delineando sua origem com traços que fazem toda a diferença no meio de

¹ Termo usado pelo indígena Tikuna Atos Fermim em conversa na Especialização de Saúde e Educação e Saberes Tradicionais pela UEA em 2020.

outro povo. Já que ambas as etnias são de linhagem patrilinear. Assim, caba destacar a organização do povo Kokama;

No que diz respeito a organização social Kokama em período anterior ao contato mais intenso com os não indígenas, esta não foi muito documentada. Mas alguns dados indicam que viviam em malocas agrupados em famílias extensas (um pai com seus filhos e genros). A regra de residência pós marital era, provavelmente, patrilocal, assim como a descendência era patrilinear (AGUERO, 1994:44). (ISA, 2006, p.2).

Nesse caso um homem kokama idealmente teria que levar sua mulher ticuna para a “aldeia” dele. Um exemplo muito comum no Alto Solimões por ora fortemente presente na atualidade é: mesmo o Kokama sendo esposo da moça Ticuna, seus filhos herdarão a etnia da mãe, deixando a do pai morrer, a qual poderá atribuir como um processo chamado de epistemicídio. O correto seria os filhos dar a continuidade na linhagem do pai. Essa descoberta se dá através de várias declarações e RANI expedidas pela FUNAI, onde constam esses dados atribuídos pelos próprios indígenas informantes, esse pode ser apenas um dos motivos pelos quais se dá o crescimento da etnia Ticuna, causando a diminuição dos Kokama nessa região.

Esse acontecimento também se dá por falta de conhecimento e entendimento de ambos os povos, o interesse de proteção da etnia ticuna dominante e sobrevivência dos filhos nessa sociedade como se o Kokama não fosse indígena e possuísse o mesmo direito e respeito atribuído ao povo Ticuna. Também pelo fato dos Ticuna ser falante da língua e o Kokama não.

No entendimento referente aos benefícios sociais do governo, é mais fácil de adquirir por ser Ticuna e quem toma a frente em busca desses benefícios como, o bolsa família, auxílio maternidade e outros, sempre é a mulher.

O mesmo fato acontece na identificação dos servidores públicos, os quais prestaram concurso público na área de professor. No ano de 2006 foi realizado um concurso no município de Benjamin Constant onde os Kokama casados com Ticuna passaram a se identificar como Ticuna para prestar concurso na área indígena, por ser a etnia Ticuna a única reconhecida como indígena, e com maior número populacional de peso nas lutas indígenas respaldadas pela sua organização de categoria indígena, a OGPTB (Organização Geral dos Professores Ticuna Bilíngue), existente até os dias atuais.

De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais, que ressalta a Educação Escolar Indígena no seu cenário de luta, em seu relatório de apresentação:

As Diretrizes resultam do crescente papel que o protagonismo indígena tem desempenhado no cenário educacional brasileiro, seja nos diferentes espaços de organizações de professores indígenas nas suas mais diversas formas de associações, seja por meio da ocupação de espaços institucionais estratégicos como as escolas, as Coordenações Indígenas nas Secretarias de Educação, no Ministério da Educação, bem como a representação indígena no Conselho Nacional de Educação (CNE). (Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica, 2013, p. 375)

Atualmente existem professores Kokama concursados e cadastrados no sistema do município, como Ticuna, alguns traçando a linguagem correspondente ao grupo étnico que se identifica e são aceitos no meio da sociedade local onde residem dessa forma, normalmente como Ticuna, apoderando-se da sua identidade e a linguagem local, e assim, ganhando uma imagem dos Maguta.

Alguns Kokama raramente se vê dominando a língua Ticuna. São aceitos como um deles apenas pelos Ticuna na convivência, isso dentro a família do cônjuge para obter certos benefícios naquela comunidade, mas popularmente são discriminados por não falar a língua.

Dentre esses, ainda existem uns apoderados que usam do etnocentrismo juntos com alguns Ticuna perante os próprios Kokama sem refletir que ele é um dos descendentes que carrega

consigo essa geração tão julgada que é o do povo Kokama. Falar de nossas raízes é o mesmo que falarem de nossas origens, nossas imagens resplandecidas em nossas faces e aqui estaremos enquanto existirmos. Contudo, fraquejar jamais fará parte do legado do verdadeiro indígena.

3. A POLÍTICA E A RELAÇÃO DE PODER PERANTE AOS INDÍGENAS

Existem muitos benefícios voltados para essas populações e as prioridades acontecem porque existe uma vulnerabilidade em questões de sobrevivência. Devido a incorporação dessa massa chamada sociedade envolvente e pela exploração das suas terras originárias onde habitam (sem terra para plantar, lagos, matas destruídas) e assim, sem fins para sua autosustentabilidade, com suas filosofias próprias de pensar, gerando assim, costumes diferentes no meio da sociedade. O Art.24 – “Esquema de seguridade social deverão ser progressivamente ampliados para beneficiar os povos interessados e disponibilizados a eles sem nenhuma discriminação” (OIT, 2011, p. 42). Podemos observar esses casos ocorridos nos concursos Públicos, nas bolsas de estudos das universidades, programas do governo, como: Auxílio maternidade, aposentadorias, entre outros que oferecem vagas com benefícios destinados aos povos indígenas. Diante dessas oportunidades, muitos usam a imagem do Kokama, se auto identificando, declarando-se indígena pertencente a esse grupo para adquirir benefícios direcionados a si próprios, já que estão inseridos na sociedade em contato direto com o não indígena. A Organização Internacional do Trabalho, ressalta a importância da auto identificação para o indígena: “A auto identificação como indígena ou tribal deverá ser considerada um critério fundamental para a definição dos grupos aos quais se aplicam as disposições da presente convenção” (OIT, 2011, p.18).

Com o novo parecer da FUNAI, essa autoidentificação irá se desfazer naturalmente com a criação da resolução de nº4, de 22 de janeiro de 2021 da FUNAI, com critérios de definir “quem é índio”, tirando toda a autonomia das lideranças e comunidades,

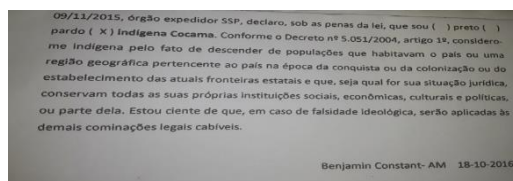
diante do seu reconhecimento, contrariando a constituição de 1988, que retirou a tutela do índio. De acordo com Manuela Carneiro da Cunha, integrante da Comissão ARNS: “A FUNAI está, assim, empenhada em eliminar direitos, com o velho expediente de tentar apagar, no papel, os titulares desses direitos” (CUNHA, 2021, p. 2).

Para melhor entendimento e compreensão no assunto, apresentamos fatos reais ocorridos em concurso Público do Município de Benjamin Constant, realizado pela Prefeitura no ano de 2016, no qual a Gerência Escolar Indígena - SEMED teve acesso a esses casos considerados como grande exemplo vivenciado e descrito neste artigo.

Habitantes do Solimões, o contato dos Kokama com a sociedade não-indígena remonta às primeiras décadas da colonização. Os aldeamentos e deslocamentos forçados, impostos primeiramente pelas missões e depois pelas frentes extrativistas, acabaram criando um contexto tão adverso de reprodução física e cultural desses grupos, que lhes suscitou a negação da identidade indígena por muitas décadas. Desde os anos de 1980, porém, a identidade Kokama vem sendo cada vez mais valorizada no contexto de suas lutas políticas- que incluem outros povos indígenas do Solimões- por terras e acesso a programas diferenciados de saúde, educação e alternativas econômicas. (ISA, 2006 p. 1).

No Concurso de 2016, houve muitas vagas destinadas aos indígenas nas áreas de serviços gerais, professores e outras, no qual adentraremos somente na área dos candidatos a professores indígenas. Tivemos acesso ao processo concreto do caso de 08 candidatos declarados indígenas Kokama, todos com autodeclaração indígena, preenchidas e assinadas, embasados na lei 169 da OIT, outros com a carta de declaração escrita a punho pelo Cacique da comunidade Tikuna afirmando que: “o candidato é casado com uma Ticuna residindo na atual comunidade com o endereço do local, sendo que o cacique respalda o candidato”, dando a entender que por essas razões, pode ser considerado indígena. De acordo com a prova abaixo dos casos utilizados pelos candidatos não indígenas:

Imagem 01: Autodeclaração Indígena



Fonte: Fragmentos de documentos expedidos a Gerência de Educação Indígena de Benjamin Constant. (LOPES, 2019).

A finalidade dessa história se resume com o candidato não indígena ser apossado para o cargo como indígena Kokama. Uns portando o Registro Administrativo de Nascimento do Índio (RANI), bem difícil e burocrático de adquiri-lo, principalmente para o indígena Kokama, os quais lhes são negadas muitas coisas. Mas a partir desses casos surgem perguntas a ser questionadas: como conseguiram adquirir esses documentos? Quem tirou? Por que foram apossados? Já que está no conhecimento de todos que não são indígenas, onde os mesmos alegam que não é Kokama, levantando as lideranças a reivindicarem seus direitos. De acordo com o artigo abaixo: “232- Os índios, suas comunidades e organizações são partes legítimas para ingressar em juízo em defesa de seus direitos e interesses, intervindo o Ministério Público em todos os Atos do Processo” (MAGALHÃES, 2005, p.27).

O processo de denúncias desses casos segue ainda em tramitação e rodeados em todas as instituições competentes principalmente na FUNAI Regional do Alto Solimões e nada resolvido; seguem todos apossados, trabalhando tranquilamente como se não estivessem denegrindo a imagem de ninguém. De acordo com o artigo 12, que ressalta em favor do indígena, a proteção contra a violação de seus direitos: “Os povos interessados deverão ser protegidos contra a violação de seus direitos e poderão mover ações legais, individualmente ou por meio de seus órgãos representativos, para garantir a proteção efetiva de tais direitos” (OIT, 2011, p. 27).

Direitos estes, muitas vezes negado o que acaba prejudicando e desvalorizando o próprio indígena.

4. A IDENTIDADE NÃO INDÍGENA APÓS MATRIMÔNIO COM INDÍGENA

Viver em fronteiras com a presença de múltiplas etnias faz com que retratemos que essa pluralidade de cultura existente torne o lugar ou local mais rico em conhecimento. Porém, quando falamos de configuração de identidade indígena, atribuída para um forjamento étnico, cujo objetivo é somente se beneficiar, faz-nos repensar que algo está errado. Por isso, precisa-se de mais esclarecimento para se chegar a uma conclusão. Além das diversidades de etnias presentes, ainda há dentre estes, os não indígenas, considerados “brancos”; eles também constroem seus laços matrimoniais com esses indígenas.

O propósito desta política é garantir aos povos indígenas o acesso à atenção integral à saúde, de acordo com os princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde, contemplando a diversidade social, cultural, geográfica, histórica e política de modo a favorecer a superação dos fatores que tornam essa população mais vulnerável aos agravos à saúde de maior magnitude e transcendência entre os brasileiros, reconhecendo a eficácia de sua medicina e o direito desses povos à sua cultura. (Brasil, 2000, p.12)

Muitas vezes, os indígenas enfrentam muitos desafios para serem inseridos no Sistema de Atenção à Saúde Indígena (SIASI), programa voltado somente para o atendimento dos povos indígenas de acordo com o propósito da Política Nacional de Atenção dos Povos Indígenas. Principalmente quando estes estão situados em áreas urbanas.

Nas comunidades ou aldeias, a partir dessa problemática, os não indígenas são denominados como indígenas Kokama, principalmente no meio do povo Ticuna, muito comum ocorrer esses fatos preconceituosos com o povo Kokama, isso acontece simplesmente pelo fato de se encontrarem em processo de revitalização cultural.

Os benefícios concedidos pelos programas do Governo Federal e outros voltados para o indígena é que fazem com que cresça essa população forjada. A imagem do Kokama, muitas vezes, é vista como um povo bajulado por muitos que, ainda não entenderam essa real

versão, principalmente a dos que estão sendo usados para configuração sem refletir que estão afetando a imagem do outro povo que merece respeito diante da sua existência, lutas e resistências enfrentadas arduamente, tudo isso, em prol da história e da cultura que também influenciam na vivência de outros, principalmente na região fronteira onde vivem.

A reconfiguração acontece com o não indígena, também os estrangeiros que passam a se identificar indígena da etnia Kokama, o que deixa muitas dúvidas para a aceitação desses casos. Dificilmente se encontrará em algum cadastro de saúde da comunidade ou aldeia, um não indígena no meio do povo Ticuna, somente com uma condição na alteração. No que diz respeito ao povo Kokama, dificilmente será um membro verdadeiro da etnia, mas isso faz com que este povo cresça também.

Esses estrangeiros são falantes do espanhol e que residem nas comunidades indígenas que ainda não deixaram de falar sua língua oficial do país. Sabemos que no Peru e na Colômbia não só existe o povo Kokama, existem outros povos, além desses também tem Ticuna estrangeiro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo vem demonstrar a realidade dos povos indígenas do Alto Solimões dentro do contexto das diversidades de cultura presente no local que envolve todas essas relações de política, matrimônio, identidade e poder, reconfigurando todo um processo de revitalização da cultura Kokama e enfraquecendo as relações matrimônios e de parentesco desse povo.

Esperamos com este estudo que as pessoas possam compreender e refletir sobre o que realmente está atrelado no confronto que perpassa diariamente entre estes povos. Não obstante, queremos que a partir desse estudo, mais pesquisas sejam realizadas para que haja outros dados que comprovem a veracidade dos fatos aqui mencionados, principalmente acerca dos tipos de relações estabelecidas entre as etnias Kokama e Ticuna.

Dentre os discursos filosóficos, contextualizando tais situações aqui deixadas,

levanta-nos então a pergunta, o que é a verdade? Indagamo-nos consigo mesmo e seguimos em busca dela, de acordo com a citação: “Todo conhecimento coloca o problema da verdade, quando nos perguntamos se o que está sendo enunciado corresponde ou não a realidade” (ARANHA; MARTINS, 2003, p.53).

Os conflitos vêm fazendo parte do convívio entre os povos indígenas, isso se dá pelo fato das atribuições dadas principalmente ao povo Kokama, isso tem levado estes a encontrarem grandes dificuldades na luta e pela busca dos seus direitos. Suas lutas pela retomada da sua cultura alimentam mais ainda o preconceito já existente, tanto no que diz respeito à língua quanto à cultura. Além disso, o etnocentrismo forte persistente nas relações matrimoniais entre Ticuna e Kokama, isso favorece a perda da identidade Kokama, pois, muitos dos que se relacionam com homens ou mulheres da outra etnia, não falam a língua Kokama, dessa forma, passam a falar a língua Ticuna sendo que esta é a língua falada pelo parceiro ou parceira, o que gera, na realidade, uma nova identidade. Diante dessa realidade, nos cabe questioná-los? A linguagem que define a nossa cultura e nossas histórias como um povo que luta e carrega suas descendências consigo não tem nenhum valor? Não podemos tapar os olhos para esta realidade, a título de exemplificação, as políticas em relação aos benefícios indígenas seguem acontecendo, porém, no caso dos concursos realizados nos municípios, os indígenas são mais prejudicados, principalmente os Kokama, que servem de escudo para muitos se beneficiarem, pois dizem pertencer a esta etnia. Atualmente, a Fundação Nacional do Índio-FUNAI, está adotando o sistema do cadastro de saúde indígena, para que assim, aquele que se autodeclarar Kokama possa comprovar na emissão de RANI e declarações que realmente faz parte desse povo. Esta é, portanto, uma das alternativas para eliminar ou minimizar esses problemas que vem se agravando nas comunidades.

6.REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner Breno de; SILVA, Reginaldo Conceição da (Coords.). **Mapeamento Social como instrumento de**

Gestão Territorial contra o desmatamento e a devastação: processos de capacitação de povos e comunidades Tradicionais:- Povos KOKAMA e TIKUNA – Benjamin Constant – AM. Nova Cartografia Social da Amazônia. Manaus: UEA, 2013.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **Filosofando: Introdução a filosofia/** Maria Lúcia de Arruda Aranha, Maria Helena Pires Martins. -3.ed. revista- São Paulo: Moderna, 2003.

BRASIL. Fundação Nacional de Saúde. **Política Nacional de Atenção à saúde dos Povos Indígenas.** – Brasília: Ministério da Saúde, Fundação Nacional de Saúde, 2000.

CLEMENTE, Santo Cruz Mariano. Liderança indígena Ticuna. Monitor Bilingue-FUNAI, 2020.

CUNHA. M.C. Quem tem autoridade para identificar 2021. Disponível em: <http://noticias.vol.com.br/coluna/comissao-arns/2021/02/quem-tem-autoridade-para-identificar-indigenas>. Acesso em 08 Març.2021.

Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica / Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

ISA. **Enciclopédia Povos indígenas no Brasil: Kokama.** 2006. Disponível em <http://pib.socioambiental.org/pt/povo/kokama/print> (acesso em outubro de 2019).

LOPES, Elizângela e COELHO PINTO, Maria Auxiliadora - **Memórias Kokama de Bom Jardim II** – Alexa Cultural: São Paulo, EDUA: Amazonas, 2019.

LÜDKE, menga. **Pesquisa em educação: abordagem qualitativa.** São Paulo: EPU,1986. MAGALHÃES, Edvard Dias (Org.). **Legislação Indigenista Brasileira e Normas Correlatos.** 3a Ed. Brasília: FUNAI/CGDOC, 2005.

MORAES, Alírio Mendes. Liderança indígena/Monitor Bilíngue- FUNAI, 2021

OIT. **Convenção N° 169:** sobre Povos Indígenas e Tribais e Resolução referente à ação da OIT. 5a Ed. Brasília: OIT, 2011.

SILVA, Luiz Fernando Villares e (Org.) **Coletânea da Legislação Indigenista Brasileira.** Brasília: CGDTI/FUNAI, 2008.

**VIEIRA, J.M.T. A luta pelo Reconhecimento
Étnico dos Kokama na Tríplice Fronteira
Brasil/Colômbia/Peru.** (Tese de Doutorado

em Antropologia Social). Campinas:
UNICAMP, 2016.